

Resende tenta provar que não cometeu crime

Ministro vai ao Senado terça-feira explicar condenações que lhe foram impostas pelo Tribunal de Contas quando dirigia o DNER

MARTA SALOMON

Sergio Amaral/AE



BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, terá dificuldades para provar no plenário do Senado, terça-feira, que não cometeu irregularidades na época em que dirigiu o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). Embora o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha decidido "dar baixa na responsabilidade" de Resende em 1977, a sentença deixa claro que isso é apenas a consequência do pagamento da multa equivalente a 10 salários mínimos, devida há quase dois anos. O ato não anulou a condenação pela má administração financeira do ministro no DNER.

Ao contrário do que Eliseu Resende afirmou ao presidente Itamar Franco e aos líderes governistas no dia seguinte à posse, suas contas no DNER não foram aprovadas. Cinco meses após ter sido condenado, chegou a recorrer da decisão. Tentou demonstrar que os contratos assinados por ele — sem licitação ou com alterações que aumentavam preços em até 6.000% — eram legais. Argumentou que o julgamento não fora oportuno, porque a condenação havia sido aprovada após seu afastamento da direção do DNER. Contestou ainda a competência do TCU para julgar suas contas.

Crime — Os argumentos expostos no recurso de Resende foram derrubados por 5 votos a 4 em dezembro de 1975. O voto de desempate foi dado pelo então presidente do TCU, ministro Batista Ramos, que justificou: "As infrações praticadas pelo recorrente constituem para nós fatos comprovados." Outro ministro lembrou os extensos relatórios da comissão de inspeção e os contundentes votos dos ministros. "Foram infringidas leis e regulamentos pertinentes à administração financeira", atestou.



Fatos comprovados

Resende, condenado pelo TCU por "crime contra a administração pública": contrato até 6.000% mais caro

Ivan Luz, então procurador-geral do TCU, contestou o argumento de Resende de que a multa (correspondente à punição máxima na época) não poderia atingi-lo fora do cargo. Luz ponderou que a condenação caracterizava um "crime contra a administração pública" e por isso deveria alcançar Resende mesmo fora do comando da autarquia. O ministro teve as contas no DNER fiscalizadas de março de 1967 a março de 1971.

As cópias do processo foram requisitadas na semana passada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, ao presidente do TCU, Carlos Átila. Em momento algum, ao longo de suas centenas de páginas, o tribunal aprova as contas do ex-diretor do DNER. Ao contrário, a si-

tuação das contas foi considerada "calamitosa" pelo procurador-geral Ivan Luz.

Depois de pagar a multa, Resende voltou a dirigir o DNER entre 1971 e 1973 e teve suas contas novamente investigadas pelo TCU. O processo foi arquivado, apesar de o relator, ministro Gilberto Pessoa, reconhecer que os contratos não estavam "absolutamente regulares". O segundo processo apontou irregularidades num vultoso contrato de publicidade, a programação de obras sem cobertura financeira e grandes aumentos nos custos das obras. O pronunciamento de Resende no Senado é considerado "decisivo" pelo líder do governo, Pedro Simon (PMDB-RS). "Nunca um pronunciamento foi tão importante", alerta.